

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

JESSICA DE SOUZA

**A DIVERSIDADE NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA
MINERVINA LAUS, NO MUNICÍPIO DE CANELINHA/SC.**

**FLORIANÓPOLIS
2017**

JESSICA DE SOUZA

**A DIVERSIDADE NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA
MINERVINA LAUS, NO MUNICÍPIO DE CANELINHA/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal De Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientadora: Profa. Dra. Rosana de C. Martinelli Freitas

**FLORIANÓPOLIS
2017**

JESSICA DE SOUZA

**A DIVERSIDADE NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA
MINERVINA LAUS, NO MUNICÍPIO DE CANELINHA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

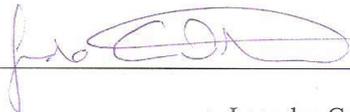
Aprovado em vinte de fevereiro de 2017.

Coordenação do Curso:



Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Leandro Castro Oltramari



Rosana de Carvalho Freitas Martinelli



Samira de Moraes Maia Vigano

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SOUZA, Jessica de

A DIVERSIDADE NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA
MINERVINA LAUS, NO MUNICÍPIO DE CANELINHA/SC. / Jessica de
SOUZA ; orientador, Rosana de C. Martinelli Freitas -
Florianópolis, SC, 2017.

57 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1.Diversidade. 3. Gênero. 4. Diversidade Sexual. 5.
Escola. I. Freitas, Rosana de C. Martinelli . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Gênero e
Diversidade na Escola. III. Título.

Dedico este trabalho de maneira especial para uma pessoa que sempre esteve presente na minha vida, me deu carinho, me amou e muito me ensinou, minha vó Dalila (in memoriam). À ela meu muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

A todos que estiveram ao meu lado durante esta caminhada rumo a um futuro melhor,
principalmente:

A Deus, Pai criador de todas as coisas.

Aos familiares que muito me incentivaram, principalmente ao meu marido Cristiano.

Aos meus colegas do Polo de Itapema que me acompanharam nesta caminhada.

À UFSC e a UAB, que me deram esta oportunidade me proporcionando este curso
gratuitamente.

Aos professores do UFSC pelo carinho com que nos transmitiram a luz da sabedoria.

À minha orientadora Rosana de C. Martinelli Freitas por facilitar a minha caminhada, me incentivando com seu conhecimento, experiência, apoio e amizade, nos momentos de estudo e elaboração deste trabalho.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

“É exatamente a flexibilidade do homem, a sua possibilidade de aprender e ampliar culturalmente os limites das suas capacidades básicas, que a escola precisa compreender e saber aproveitar.”

(Terezinha Nunes Carraher)

RESUMO

Ao se abordar as questões referentes à diversidade existente entre os alunos/as no sistema educacional se percebe que o/a professor/a, apesar de ter incorporado um discurso transformador em sua prática pedagógica, parece que ainda não consegue romper completamente com a visão tradicional tendo dificuldade de trabalhar a partir das diferenças existentes em sala de aula. Assim, este trabalho monográfico teve por objetivo analisar como é percebida a diversidade na Escola de Educação Básica (EEB) Professora Minervina Laus, no município de Canelinha S/C. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, sendo que a coleta de dados se deu em livros, revistas, e sites que tratam sobre o assunto fazendo um levantamento dos principais conceitos teóricos que envolvem o tema e uma pesquisa de campo na escola supracitada, na qual se trabalhou com os/as professores/as e alguns alunos/as. Este trabalho foi motivado por entender que a diversidade, muitas vezes, não é compreendida e nem respeitada na escola, havendo a necessidade da escola adotar uma postura relativizadora, mudando sua prática pedagógica, que veja na diversidade um meio de tentar acolher a todos/as no processo educativo, pois de acordo com a teoria postulada por Vygotsky, o/a aluno/a aprende com alguém que sabe mais do que ele/a. Assim, faz-se necessário uma educação transformadora e efetiva, que favoreça o crescimento do cidadão enquanto ser consciente, crítico e ativo no processo de transformação social. De acordo com os resultados obtidos na pesquisa realizada na escola se percebeu que os professores pesquisados têm consciência de se ter a diversidade como princípio formativo, mas há a necessidade de participarem de cursos que lhes de aprofundamento teórico sobre o tema, e que é importante realizar uma prática fundamentada nos princípios da diversidade para os/as alunos/as compreenderem e respeitarem as diferenças entre eles/as.

Palavras-chave: Diversidade. Gênero. Escola. Inclusão.

ABSTRACT

When addressing the issues related to the diversity among students in the educational system, it is noticed that the teacher, although incorporating a transforming discourse in his pedagogical practice, seems that he still can not completely break with the traditional view. Having difficulty working from the differences in the classroom. Thus, this monographic work had as objective to analyze how is perceived the diversity in the School of Basic Education (EEB) Professor Minervina Laus, in the municipality of Canelinha S / C. The methodology used was a bibliographical research, and data collection was done in books, magazines, and websites that deal with the subject by making a survey of the main theoretical concepts that involve the subject and a field research in the above mentioned school, in which I worked with the teachers and some students. This work was motivated by understanding that diversity is often not understood and respected at school, and the school needs to adopt a relativizing attitude, changing its pedagogical practice, which sees in diversity a way of trying to welcome all. In the educational process, because according to the theory postulated by Vygotsky, the student learns with someone who knows more than he / she. Thus, it is necessary a transformative and effective education, that favors the growth of the citizen while being conscious, critical and active in the process of social transformation. According to the results obtained in the research carried out at the school, it was noticed that the teachers studied are aware of having diversity as a formative principle, but there is a need to participate in courses that give them a theoretical background on the subject, and that it is important to carry out a practice based on the principles of diversity for students to understand and respect the differences between them.

Keywords: Diversity. Gender. School. Inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EEB - Escola de Educação Básica

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos

GDE - Gênero e Diversidade na Escola

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PCSC - Proposta Curricular de Santa Catarina

UFSC –Universidade Federal de Santa Catarina

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Sexo dos participantes.....	35
Gráfico 02 – Idade dos participantes.....	35
Gráfico 03 – Função dos participantes.....	36
Gráfico 04 – Formação dos participantes.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ASPECTOS TEÓRICOS DA DIVERSIDADE.....	15
2.1 AFINAL, O QUE É DIVERSIDADE?.....	15
2.1.1 Diversidade cultural.....	17
2.1.2 Diversidade sexual.....	19
2.2 DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO.....	21
2.2.1. Diversidade na Proposta curricular de Santa Catarina.....	24
2.2.2 Diversidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais.....	29
3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	33
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	33
3.2 CENÁRIO DO ESTUDO.....	33
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO.....	33
3.4 COLETA DOS DADOS.....	34
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	34
4 OFICINAS PEDAGÓGICASVIVENCIADA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA MINERVINA LAUS/SC.....	35
4.1 RESULTADOS.....	35
4.1.1 Oficina Pedagógica com professores/as.....	37
4.1.2 Oficina Pedagógica com alunos/as.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXO A.....	56

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia apresentada ao curso de Pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola,¹ na modalidade à distância, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Polo de Itapema, tem por objetivo investigar como é percebida a diversidade na EEB Professora Minervina Laus, no município de Canelinha S/C.

A temática foi escolhida pela percepção da pesquisadora que a cada dia que passa, a situação econômica do país está ficando mais e mais séria, conforme se acompanha nos noticiários o número de desempregados no Brasil está chegando a 12 milhões. Um dos fatores da situação de crise econômica e política na qual a sociedade brasileira está passando é principalmente a corrupção nos órgãos públicos. Os políticos que são as pessoas eleitas para gerenciar os órgãos públicos e proteger os direitos dos cidadãos, muitas vezes agem em benefício próprio ou do grupo, não cumprindo com o seu papel. Nunca se ouviu falar tanto em corrupção nos órgãos públicos como nos últimos anos, todos os dias, surge um novo escândalo, tanto no governo federal quanto no local. Mal acabou o julgamento do mensalão², e apareceu a corrupção na Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A. uma empresa estatal de economia mista de capital aberto em que o acionista majoritário é o Governo do Brasil).

No Brasil também estão cada vez mais frequentes exemplos de que nossa sociedade vem se orientando por valores que muitas vezes reiteram a discriminação, preconceitos sociais, econômicos, religiosos, de orientação sexual entre outros, levando algumas pessoas a produzirem e praticarem atos de extrema violência contra os seus semelhantes e contra si mesmos.

Percebe-se que estes problemas se refletem na escola, onde também há um processo de exclusão: as relações que permeiam o processo educativo costumam ser excludentes, seletivas, valorizando muitas vezes as classes dominantes, privilegiando o comportamento, a linguagem e a cultura destas classes, conforme (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 161): “A

¹O curso “Gênero e Diversidade na Escola” foi oferecido inicialmente em sua versão piloto no ano de 2006 em seis municípios (Porto Velho, Salvador, Maringá, Dourados, Niterói e Nova Iguaçu) com um total de 1.200 vagas, priorizando professores e professoras das disciplinas de ensino fundamental, de 5ª a 8ª séries. Mediante a avaliação daquela experiência passou-se para uma nova fase de realização desse projeto em dimensão mais ampliada. Desde 2008, o curso Gênero e Diversidade na Escola é oferecido por meio de edital da SECAD/MEC para todas as Instituições Públicas de Ensino Superior do país que queiram ofertar o curso pelo Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Assim, o GDE passa a integrar a Rede de Educação para a Diversidade no âmbito do Ministério da Educação – MEC que visa a implementação de um programa de oferta de cursos de formação para professores/as e profissionais da educação para a diversidade”.
Fonte: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/redediversidade/pdfs/gde.pdf>

² Mensalão, nome dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, ocorrido entre 2005 e 2006.

escola sempre teve dificuldades em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização”

Estes aspectos afetam a sociedade, sendo que, cada vez mais, torna-se importante lutar por uma nova condição de vida, cujo anseio é a conquista do exercício da cidadania, aqui entendida como condição de exercer os direitos e deveres (civis, sociais, políticos e difusos), e a reconquista da dignidade humana.

Concebe-se que a escola deve acolher a todos, garantindo o acesso e permanência, não importando, o credo, cor, raça do/a aluno/a. Pelo fato do/a aluno/a ser diferente, não deve ser sinônimo de exclusão, em hipótese alguma, pois, todo ser humano é um sujeito de direitos, cada um com suas diferenças, com suas peculiaridades.

A escola deve se propor a contribuir com o desenvolvimento humano pleno, o que pressupõe assumir o desenvolvimento social e, nesse sentido, fazendo-se necessário respeitar diferenças, mas, sobretudo, construir cidadania e contribuir para a concretização dos direitos fundamentais de todo ser humano. (CARVALHO, 2009, p. 14).

É importante ressaltar que aqui não se está falando em tratar as crianças como diferentes, melhores ou piores umas que as outras, mas sim da necessidade da escola conhecer e reconhecer a diversidade com a qual trabalha para que, realmente, possa desenvolver um bom trabalho, que atinja a todos, sem ser excludente. Com isso não se deseja a uniformização das crianças, ou seja, que sejam todas consideradas iguais, pois cada ser é único, e merece ser tratado como especial. Nesse processo, objetiva-se apenas a inclusão de todos, e esta deve ocorrer não só na escola, mas em toda a vida social da pessoa.

Partindo deste pressuposto, este trabalho se justifica na medida em que buscou investigar como é percebida a diversidade na EEB Professora Minervina Laus/SC, através de oficinas pedagógicas com os/as professores/as da escola supramencionada para discutir o tema “diversidade” e com os/as alunos/as do 5º ano (turma 2012).

No que se refere à sociedade, a pesquisa importa à medida que se parte do pressuposto de que a incorporação da discussão do tema diversidade na educação é de fundamental importância, uma vez que faz-se necessária uma educação transformadora e efetiva, que favoreça o crescimento da/o cidadã/o enquanto ser consciente, crítico e ativo no processo de transformação social e até preparado autônomo/a e criticamente para o mercado do trabalho e para a vida em sociedade.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DA DIVERSIDADE

Se quisermos compreender a relevância de se respeitar a diversidade, inclusive em sala de aula, torna-se necessário primeiramente buscar uma fundamentação teórica para compreender o conceito de diversidade, o que significa como os documentos oficiais contemplam a mesma no processo educativo, etc. Este será o assunto deste capítulo.

2.1 AFINAL, O QUE É DIVERSIDADE?

A abordagem do tema diversidade, diversidade na escola, tem sido objeto de estudos, bem como cursos, entre eles este, bem como outros promovidos pelo governo federal, com a justificativa de que no século passado, bem como neste a busca pela garantia da igualdade de gênero, étnico-racial e também pelo respeito à diversidade estão presentes em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Todavia, o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias, em todas as sociedades, bem como no Brasil, ainda é uma realidade presente, muitas vezes naturalizada e com graves consequências para quem sofre discriminação.

Ao pesquisarmos inicialmente o conceito de diversidade no dicionário, observamos que pode ser entendido como “Qualidade daquele ou daquela que é diverso; diferença, dessemelhança” Michaelles (2008, p.309).

No site conceito.de se verificou que: “A diversidade (do latim diversitas) é uma noção que se refere à diferença, à variedade, à abundância de coisas distintas ou à divergência.” (CONCEITO.DE, s/d, s/p)

Analisando alguns textos sobre o conceito de diversidade, como se verá a seguir, constatou-se que esta está relacionada à diferença e à multiplicidade.

De acordo com Lima (2006), a diversidade faz parte do acontecer humano.

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade. (LIMA, 2006, p.17).

O site Infojovem concebe a diversidade como o conjunto de diferenças compartilhadas pelos seres humanos, A definição de diversidade é entendida (INFOJOVEM, s/d, s/p) como “o conjunto de diferenças e valores compartilhados pelos seres humanos na vida social. Este conceito está intimamente ligado aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes modos de percepção e abordagem, heterogeneidade e variedade”.

Para a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) a diversidade é entendida como a pluralidade de identidade que compõem a humanidade.

A diversidade se manifesta na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem, não só o Brasil, mas toda a humanidade. Conviver, respeitar e promover a diversidade é fundamental para que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades, além de combater o preconceito e a discriminação em relação à cor, gênero, deficiência, orientação sexual, crença ou idade. (FEBRABAN, s/d, s/p)

Ao tratar sobre o assunto Gomes, (2007) diz que do ponto de vista cultural a diversidade pode ser compreendida como uma construção histórica dos sujeitos.

A diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Uma construção que ultrapassa as características biológicas observáveis a olho nu. Neste sentido, as diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação dos seres humanos ao meio social e no contexto das relações de poder. Dessa forma, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa maneira porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos. (GOMES, 2007, p. 17).

Weber (2009) compreende a diversidade pela caracterização de variedade e convivência de ideias:

A diversidade se caracteriza pela variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. A ideia de diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes pontos de vista ou formas de abordar. Temos semelhanças com os membros do grupo, tribo ou time do qual fazemos parte, ainda assim, temos diferenças em relação às pessoas que julgamos parecidas conosco. (WEBER, 2009, p.10)

Abordagens sobre diversidade e suas concepções estão presentes em diferentes áreas de estudo e espaços organizacionais, pois ela está presente na sociedade, e conforme Moreira, (2001, p. 41), analisando principalmente a realidade brasileira, esta “pluralidade de culturas, etnias, religiões, visões de mundo e outras dimensões das identidades infiltra-se, cada vez mais, nos diversos campos da vida contemporânea”.

Para este trabalho se conceberá a diversidade como diferenças existentes entre os seres humanos, nas quais devem ser respeitadas, pois cada ser humano é único.

No próximo item será tratado sobre o que é diversidade cultural.

2.1.1 Diversidade cultural

Para falarmos em diversidade cultural é necessário primeiramente entender o conceito de cultura. De acordo com Reis (2011) a primeira definição antropológica de cultura surgiu em 1871:

Originada etimologicamente do latim colere, que significa cultivar, cultura, em um sentido antropológico mais genérico, define-se como “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Essa definição foi cunhada por Edward B. Tylor, em 1871, e podemos dizer que foi a primeira definição antropológica do termo. (REIS, 2011, p. 55)

O conceito de cultura foi pesquisado por vários estudiosos e tem entendimento variado.

Morin (2001) concebe que:

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas. (MORIN, 2001, p. 56)

Na perspectiva de Carrara (2010, p. 23) cultura pode ser definida como “Fenômeno unicamente humano, a cultura se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia”. Para o autor a cultura é compartilhada pelos indivíduos de determinado grupo, não se referindo a um ato individual. Cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e passagens da vida aparentemente semelhantes.

Já Casa-Nova (2002), vê que o termo cultura:

[...] deverá ser entendido como um conceito dinâmico, dialético, composto de permanências e de mudanças, de estrutura e de agência, onde se conjugam os valores, as normas, as regras, os símbolos, os rituais, as crenças [...] que tecem os cotidianos dos sujeitos-atores e que permanecem vivos através da sua transmissão de

geração em geração (a reprodução), com as dinâmicas, as interações, as interrogações, a capacidade de “agência humana”, que estão na origem de novas produções.

Outra concepção de cultura é a que vai ao encontro dos pressupostos defendidos pelo Materialismo Histórico-dialético³, que concebe que existe uma relação imediata entre cultura e atividade humana. Com isso, a cultura é definida como normas, idéias, valores, que são determinados historicamente e passados às gerações futuras, sendo que é a partir das relações sociais e do contexto histórico em que vive um determinado povo que a cultura se transforma.

Conforme assevera Ribeiro (2002):

... a cultura é de domínio coletivo, ou seja, são os padrões culturais que definem, caracterizam e moldam a vida social do grupo. É a partir dos elementos presentes na cultura que o grupo adquire uma certa unidade, compartilhando das mesmas crenças, técnicas, valores etc. ou seja, é por meio desses elementos compartilhados que o grupo se reconhece enquanto grupo (RIBEIRO, 2005, p. 56).

Então a cultura não pode ser entendida como algo estático e natural e sim como uma produção humana que vai variar de acordo com as manifestações de cada povo, é aí que é necessário entender o conceito de relativismo cultural para compreendermos que não há uma cultura melhor, ou mais avançada que outra, e, sim, que há diferentes culturas.

A respeito do relativismo cultural, Mortari (2002) assevera que:

O relativismo cultural é uma nova maneira de se posicionar diante das diferenças culturais, e isso trouxe uma mudança aos estudos antropológicos. A partir do momento em que tais estudos procuraram não apenas conhecer de perto os costumes dos diferentes povos, mas buscam estudá-los para principalmente compreendê-los conforme os seus próprios valores, começamos a imprimir uma atitude relativizadora. Isso permitiu conhecer e entender o significado de diferentes costumes para melhor conviver com aquilo que às vezes nos parece tão estranho e exótico. Relativizar, portanto, é não transformar a diferença em hierarquia, não valorar os seres humanos com base em critérios de superioridade e de inferioridade [...] é preciso vê-las sob sua dimensão de riqueza, o que decorre da diferença (MORTARI, 2002, p. 34).

É preciso então adotar uma postura mais relativista, concebendo que há diferentes culturas e que todas têm valor e podem contribuir para enriquecer o processo de convivência e construção da sociedade.

³ Quanto a este aspecto tem-se como referência Marx (1974, p. 136), para o autor o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, político e espiritual. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Foi a partir da análise de Marx, que as condições materiais de uma sociedade condicionavam a superestrutura – a cultura, a religião, as leis, os costumes, a ciência e a tecnologia, entre outros fatores, foi muito importante nos estudos que Marx realizou posteriormente e que nos auxiliam a compreender este processo.

Fleuri (2006, p. 500), vai buscar em Bhabha (1998, p. 63), o conceito de diversidade cultural “refere-se à cultura como objeto do conhecimento empírico, reconhecendo conteúdos e costumes culturais pré-dados. A diversidade representa uma retórica radical da separação de culturas totalizadas, que se fundamentam na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única”

O tema é amplo e complexo, pois por exemplo o site “Mundo Educação” apresenta diferentes exemplos de diversidade cultural no Brasil. Segundo o mesmo site:

“O Sul apresenta aspectos culturais dos imigrantes portugueses, espanhóis e, principalmente, alemães e italianos. As festas típicas são: a Festa da Uva (italiana) e a Oktoberfest (alemã). Também integram a cultura sulista: o fandango de influência portuguesa, a tirana e o anuo de origem espanhola, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a congada, o boi-de-mamão, a dança de fitas, boi na vara. Na culinária estão presentes: churrasco, chimarrão, camarão, pirão de peixe, marreco assado, barreado (cozido de carne em uma panela de barro), vinhos”.⁴

Neste sentido, quando se fala em diversidade cultural se percebe que a mesma está relacionada as diferenças culturais existentes entre os seres humanos, que cada grupo tem a sua cultura, que devem ser respeitadas, pois não há cultura melhor ou pior, boa ou ruim, existem sim, culturas diferentes.

2.1.1 Diversidade sexual

A diversidade sexual está relacionada à sexualidade humana, à identidade de gênero⁵, às diversas maneiras que existem de o sujeito sentir sua sexualidade, onde este sujeito pode ter nascido com um sexo e sentir que é do outro. Há alguns anos atrás se utilizava o termo “opção sexual”, mas com os avanços dos estudos o termo mais apropriado para ser utilizado é o termo orientação sexual, que se refere à atração que se sente por outras pessoas e, que muitas vezes, envolve mais do que questões sexuais, envolve também os sentimentos, pois, não é uma opção da pessoa ser ou não homossexual, é uma questão de sentir-se.

⁴Para mais informações consultar:<<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/diversidade-cultural-no-brasil.htm>>Acesso em : 10 out. 2016.

⁵ **Identidade de gênero:** refere-se à experiência individual de sentir-se homem ou mulher, independente do sexo biológico atribuído no nascimento. Isso inclui um sentido pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e gestualidade.

Orientação sexual é o termo usado para se referir à capacidade que tem cada pessoa de experimentar profunda atração emocional, afetiva e sexual por indivíduos de sexo diferente, por indivíduos do mesmo sexo ou por ambos, alternada ou simultaneamente. A expressão vai além, abrangendo o sentido de manter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Hoje são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a *heterossexualidade* (atração afetiva, sexual e erótica por pessoas do “sexo oposto”); a *homossexualidade* (atração afetiva, sexual e erótica por pessoas do “mesmo sexo”); e a *bissexualidade* (atração afetiva, sexual e erótica tanto por pessoas de um quanto do outro sexo). (CARRARA, 2010, p. 49).

A orientação sexual não-binária, muitas vezes traz discriminação⁶ para este sujeito uma vez que vivemos em uma sociedade “heteronormativa”, em que as normas, as diretrizes são voltadas para as pessoas heterossexuais. A sociedade ocidental tradicional trata a sexualidade como uma divisão binária, isto é, masculino x feminino, conforme Viera e Moretti-Pires, (2015, p.14) “a partir da naturalização dos gêneros, construiu-se a ideia de que a performance socialmente aceita é binária, ou seja, homem ou mulher”, por isso as orientações sexuais não-binárias, (as Lésbicas, os Gays, as/os bissexuais, as/os travestis e as/os transexuais), são condenados/as.

Pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo; enfim, um conjunto de instituições sociais é em ação toda vez que alguém afirma: “não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto; quero uma cirurgia corretiva do meu sexo, não suporto esses seios que me aprisionam ao destino materno; quero mudar minha identidade civil”. Essas anunciações reverberam nas instituições como sentenças proferidas por uma pessoa transtornada, sem condições de significar suas dores. (BENTO, 2015, p. 80)

Há a necessidade então de se discutir a questão de diversidade sexual na sociedade, pois é inconcebível continuar marginalizando, descriminalizando, e muitas vezes até cometendo violência contra pessoas por causa de sua orientação sexual. É preciso compreender que cada ser humano é um ser de direito e merece respeito. É preciso acabar com o preconceito⁷ e lutar por uma sociedade mais justa, igualitária e solidaria.

⁶ “A discriminação acontece quando uma pessoa experimenta tratamento ou impacto negativo, intencional ou não, por causa da sua identidade ou expressão de gênero. Ela pode ser direta e óbvia ou sutil e oculta, mas prejudicial da mesma forma. Também pode acontecer em um nível sistêmico maior, como regras ou políticas que parecem neutras, mas acabam por excluir as pessoas trans organizacionais. Amigos, familiares ou outros que enfrentam discriminação por causa de sua associação com uma pessoa trans também estão protegidos.” (VIERA E MORETTI-PIRES, 2015, p.15).

⁷ “Preconceito é uma forma de discriminação. Pode incluir comentários sexualmente explícitos ou outros inapropriados, perguntas, piadas, xingamentos, imagens, e-mail e mídias sociais, bullying - homofóbico ou

2.2 DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO

Uma das tarefas atuais da escola é conseguir reconhecer as diferenças, não somente culturais, mas de níveis, ritmos e aprendizagens diferenciadas, sendo que a escola deve ser um espaço de inclusão. Nesse sentido, tanto a direção da escola, quanto os/as professores/as e alunos/as devem assegurar, como um compromisso, que o conhecimento e o respeito à diversidade sejam entendidos e trabalhados como princípios transversais aos conteúdos de cada disciplina.

A escola tem o dever de proporcionar um espaço de respeito às diferenças e às características individuais de cada estudante, conforme (GRAUPE e BRAGAGNOLLO 2015, p. 15) (...) “deve possibilitar um espaço pedagógico plural, que priorize uma educação na qual os/as educandos/as não sejam reprodutoras/es de papéis impostos por uma sociedade que reforça um único padrão a ser respeitado”.

Na escola a diversidade deve ser entendida não como algo que deve ser atenuado, fazendo com que todos pareçam iguais, quando não são, mas como algo enriquecedor para se conseguir realizar uma prática pedagógica acolhedora, e, por isso, com objetivos específicos, mostrando as diferenças, valorizando-as, fazendo do espaço escolar um lugar para o exercício de uma educação mais eficaz para todos/as, onde diferentes valores e culturas possam ser respeitados.

Assim, o meio cultural é um convite à aceitação do/a outro/a e, indubitavelmente, à partilha e, por isso, contribuem para a formação das pessoas. Até porque, observando os/as alunos/as, percebe-se que os bens culturais que compartilham, como: crenças, ideias, mitos, valores, modos de viver, entre outros fatores, são legados que foram transmitidos de geração em geração e que demonstram aspectos locais e peculiares dos grupos aos quais pertencem.

Só assim se consegue encontrar um equilíbrio entre alunos/as de diferentes origens, pois uma escola inclusiva é aquela que recebe a todos/as independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, sendo o principal

outro, avanços sexuais, tocar e outro comportamento indesejável e contínuo que insulta, rebaixa, prejudica ou ameaça uma pessoa, de alguma forma. Assalto ou outro comportamento violento é também uma questão criminal. Pessoas trans e outras pessoas podem experimentar comportamento de preconceito devido à sua identidade ou expressão de transgênero (assédio com base no gênero) e/ou o seu sexo (assédio sexual).” (VIERA E MORETTI-PIRES, 2015, p.15).

desafio desenvolver uma escola centrada no/a aluno/a, uma escola capaz de incluir a todos/as, independente da etnia, da classe social, das dificuldades na aprendizagem, orientação sexual, dentre outros elementos.

A aprendizagem não depende apenas da estrutura biológica, mas também do meio e da qualidade dos estímulos recebidos desde a infância. Portanto, cada pessoa tem uma história particular e única, formada por sua estrutura biológica, social e cultural, sendo que a escola é um ambiente constituído por uma população que possui diversos grupos, de várias etnias, com costumes e crenças diferentes. Assim, a escola deve acolher todos sem distinção, levando em conta a diversidade cultural que existe nela, conforme nos coloca Sá (2001):

À escola competirá a organização de um ambiente cultural que permita a maturação de cada indivíduo no respeito pelos aspetos éticos, cívicos e técnicos, harmoniosamente interligados, humanizando o ensino de modo a que faça evoluir o processo cognitivo e relacional, que possibilite o desenvolvimento de atitudes responsáveis nos jovens, que lhes permitam assumir a responsabilidade pelos seus atos e a capacidade de tomar decisões perante si próprios, perante o grupo e a sociedade em que vivem, aprendendo a participar com autenticidade na construção do bem comum. (SÁ, 2001, p.13)

Dito isso, a diferença apresenta-se como elemento fundamental da educação e condição para pensar a inclusão. Nesse sentido, acolher a diversidade em sala de aula é um desafio, é necessário fazer com que nossos alunos sejam respeitados nas suas diferenças e devemos atuar decisivamente no processo de construção de cidadania, tendo como meta a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de agir com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem. Na verdade, a escola que inclui é aquela que, além de oferecer o acesso das crianças portadoras de necessidades especiais e de outras pessoas que, de alguma forma, sofrem algum preconceito (índio, negro ou pessoas de classes sociais diferentes), é aquela que garante a permanência e o sucesso dos/as alunos/as.

Isso é um desafio constante a todos os profissionais e técnicos, pois, se observarmos a realidade das escolas quanto à diversidade encontrada em sala de aula, percebe-se que muitas vezes os/as professores/as preocupados/as em repassar os conteúdos programados, não levam em conta o conhecimento, os conceitos, a cultura que o/a aluno/a traz consigo e que, o constitui enquanto sujeito. Então em vez de o/a aluno/a encontrar na escola um local onde possa continuar a se desenvolver e a construir suas hipóteses em relação ao objeto de conhecimento, um espaço de troca, de estimulação e de desafios, ele/a se sente amordaçado/a porque não pode opinar e se sente como um robô que é programado para aprender tal conteúdo.

Tudo isso vai gerando insegurança e ansiedade nos/as alunos/as, só os bons sobrevivem, pois como diz o velho ditado: tem aluno/a que aprende sem o/a professor/a. Os/as mais sensíveis que precisam realmente da ajuda do/a professor/a para conseguir realizar sua aprendizagem, vão ficando às margens deste processo.

Assim, é preciso que o/a professor/a esteja atento à diversidade de culturas, interesses dos diferentes níveis cognitivos, para poder assim ajudar os estudantes, trabalhando numa perspectiva multicultural, conforme nos mostra Gadotti (1992):

A educação multicultural supõe uma **pedagogia dos direitos humanos** e do respeito pelo meio ambiente, uma pedagogia da compreensão das camadas populares na totalidade de suas culturas e de sua visão de mundo e de negação do autoritarismo e do preconceito social, enfim, uma pedagogia capaz de aceitar o pluralismo de concepções pedagógicas. (GADOTTI, 1992, p.03)

Vale salientar que como os demais movimentos organizados por grupos historicamente excluídos da escola e da cidadania plena, a inclusão escolar opõe-se à “abstrata nudez” a que se refere Hannah Arendt, (1978, apud MANTOAN, 2006, p. 56) “quando critica a ideia de homem abstrato, vazio, que é próprio das formas modernas da igualdade. Os princípios que fundamentam a inclusão são incompatíveis com a abstração das diferenças para chegar a um sujeito universal”.

De fato, a igualdade abstrata não propicia a garantia de relações justas nas escolas e, quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas sim as suas peculiaridades ligadas ao sexo, à etnia, à origem e às crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo. Mais um motivo para se firmar a necessidade de repensar e de romper o modelo educacional elitista de nossas escolas, desde a educação infantil, e de reconhecer a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada.

Santos (1999) defende que temos o direito à diferença quando a igualdade descaracteriza-nas. Essa máxima reafirma que a diferença é difícil de ser negada, desvalorizada. A diferença implica o conflito, o dissenso e a imprevisibilidade, a precariedade/impossibilidade do cálculo e das definições precisas, a multiplicidade incontável e infinita – ela nos mostra que a inclusão não pode ser impedida e tolhida em seus propósitos. Se, contudo for recusada, devemos assimilá-la ao igualitarismo essencialista e, se aceita e valorizada, temos de mudar de lado e romper os pilares nos quais a escola tem-se firmado até agora.

Conforme assevera Fleuri (2009):

A educação inclusiva, na opinião de David Rodrigues (2003), deve se constituir como um processo educacional, simultaneamente “para todos e para cada um”. Superando o modelo de escola da modernidade - que parte de único ponto, desenvolve um único processo didático e chega a um padrão homogêneo de resultados - a educação inclusiva busca partir de múltiplos contextos (culturais, subjetivos, sociais, ambientais), promover com as pessoas e grupos, simultânea e articuladamente, diferentes percursos, de modo a produzir múltiplos e complexos impactos sócio-educacionais. Este nos parece, justamente, o desafio intercultural que se coloca nas práticas de educação inclusiva: articular a diversidade de sujeitos, de contextos, de linguagens, de ações, de produções culturais, de modo que a potencialização de suas diferenças favoreça a construção de processos singulares e contextos sócio-educacionais críticos e criativos. (FLEURI, 2009, p. 33)

Incluir as crianças na educação, garantindo-lhes o direito à educação, demanda romper paradigmas educacionais vigentes na maioria de nossas escolas e manter situações que são reguladas, sem muita previsão, pela nossa capacidade de pensar e de agir, segundo o que esboçamos rapidamente neste texto. Mas não acaba aí. Outro imperativo da inclusão escolar é a melhoria da qualidade do ensino, sem a qual não será possível prover a todos /as estudantes uma educação reveladora de suas diferenças e que, ao mesmo tempo, não lhes nega a igualdade de aprender, segundo a capacidade de cada um/a.

Conforme falam Moreira e Candau (2005):

Uma das questões fundamentais de serem trabalhadas no cotidiano escolar, na perspectiva da promoção de uma educação atenta à diversidade cultural e à diferença, diz respeito ao combate à discriminação e ao preconceito, tão presentes na nossa sociedade e nas nossas escolas. (MOREIRA e CANDAU, 2005, P. 49)

Este é o grande desafio dos/as professores/as.

2.2.1. Diversidade na Proposta Curricular de Santa Catarina

A Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) é um instrumento norteador que o/a professor/a utiliza para aprofundar e debater seus conhecimentos pedagógicos visando a melhoria da qualidade de ensino e a permanência dos/as alunos/as na escola, garantindo a socialização do conhecimento científico, e que tem por ação pedagógica uma perspectiva sócio-histórico.

A proposta é fruto do trabalho coletivo de educadores/as de todo o Estado que começou em 1988 e foi sistematizada em 1991. Em 1998 teve uma revisão e em 2014 foi

novamente revisada e a ela foram incorporadas novas contribuições teóricas e metodológicas. Ela abrange educação infantil, ensino médio e a educação de jovens e adultos.

O fundamento filosófico da proposta curricular é o materialismo histórico de Karl Marx:

É importante destacar que o movimento de discussão e sistematização da Proposta Curricular, desde seu início, em 1988, caminhou e caminha ainda na direção de um marco teórico e uma diretriz metodológica bastante definidos. A opção teórica foi feita, desde o início, pela abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético (SANTA CATARINA, 2005, p.10)

A compreensão do processo de aprendizagem na proposta fundamenta-se nos teóricos da psicologia histórico-cultural, VYGOTSKY (1994) e WALLON (1981). Ambos conceberam que a relação do sujeito com a realidade acontece através de mediações. Para Vygotsky, o principal mediador nessa relação é a linguagem e para Wallon é a emoção.

A Proposta Curricular de Santa Catarina parte do pressuposto de que o conhecimento das ciências e das artes deve ser socializado, numa perspectiva de universalidade. Essa afirmação, mesmo que pareça simples, implica numa série de desdobramentos, pois falar em socialização do conhecimento implica em garanti-lo a todos. Não se socializa nada entre alguns. Isto tem implicações com políticas educacionais que devem zelar pela inclusão não pela exclusão, e com posturas dos professores diante do ato pedagógico, que zelem igualmente pela inclusão, tais como: zelar para que todos aprendam, não apenas os que tenham maior facilidade para tal e garantir que o conhecimento do qual o professor é portador seja efetivamente oportunizado ao aluno.

Neste sentido, os pressupostos filosóficos e metodológicos da presente proposta, nos seus diferentes saberes, tais como: educação infantil, alfabetização, avaliação, educação e trabalho, tecnologia educacional, disciplinas do curso do magistério e todas as demais áreas do conhecimento constituir-se-ão nos mecanismos que darão sustentação a uma prática pedagógica inclusiva. (SANTA CATARINA, 1998, p. 66).

A socialização do conhecimento das ciências e das artes deve estar relacionada com os outros tipos de conhecimento, tais como o conhecimento popular e o conhecimento religioso, sendo que estes devem ser o ponto de partida para a aprendizagem do/a aluno/a, uma vez que são estes os que o/a aluno/a traz consigo para a escola.

A apropriação do conhecimento científico se põe como importante, por se caracterizar como o conhecimento mais complexo e socialmente mais legítimo desde o início da modernidade.

A Proposta Curricular de Santa Catarina, partindo do pressuposto que o sujeito aprende em interação com o outro que sabe mais, que pode ser um/a colega, o/a professor/a conforme a concepção de aprendizagem de VYGOTSKY vê o trabalho em grupo como fator imprescindível para o sucesso na aprendizagem.

O fato de termos nas salas de aula um grupo de alunos de diferentes possibilidades exige-nos pensar esta aprendizagem de forma coletiva e diferenciada dos moldes atuais de compartimentação da escola padrão. A busca aponta-nos os pressupostos da abordagem histórico-cultural de aprendizagem e desenvolvimento, basicamente pela possibilidade de formação de grupos heterogêneos. (SANTA CATARINA, 1998, p. 80).

A heterogeneidade, em sala de aula, favorece a aprendizagem quando o trabalho coletivo é posto em prática, porque é necessário o trabalho em grupo para haver a interação, para que aquele que sabe menos, em interação com aquele que sabe um pouco mais, possa avançar no seu processo de apropriação do conhecimento.

O/a professor/a deve estar atento/a, a estas diversidades encontradas em sala de aula, pois muitas práticas pedagógicas, em vez de levar o/a aluno/a a se desenvolver, podem excluí-lo/a, conforme está escrito na proposta curricular.

Na educação de ensino em massa, as práticas pedagógicas não apenas discriminam e excluem, mas emudecem e calam. Criam-se mitos em relação ao fracasso escolar; as relações interpessoais são camufladas, interrompidas, não questionando as condições e os métodos, entendendo que as crianças que não aprendem possuem características impeditivas. (SANTA CATARINA, 1998, p. 79).

Assim, para assegurar a construção do conhecimento no âmbito escolar é preciso que determinados tipos de interações sociais sejam efetivadas dentro do grupo, já que a heterogeneidade dos grupos eleva as possibilidades de conhecimento, abrindo espaço para a ampliação das potencialidades e capacidades cognitivas dos mesmos. É neste sentido, que, em 2014 ao se atualizar a PCSC, foi incorporado um texto contemplando o tema “diversidade” que ressalta “a necessidade de uma Educação Básica que reconheça e assuma a diversidade como um princípio formativo e fundante do currículo escolar”. Neste texto a diversidade é concebida como:

Entende-se a diversidade como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Esta noção nos remete à ideia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades. Enfim, diversidades de grupos sociais, de identidades do ser

social em sua singularidade que se constituem em espaços, em ambientes, em tempos históricos com características diversas. (SANTA CATARINA, 2014, p. 54)

A PCSC parte do princípio que ao se tratar sobre o tema diversidade não se pode limitá-lo aos grupos considerados excluídos, caracterizados como “os diferentes”, “os diversos”, pois a mesma concebe que a diferença está em todos nós, que somos pessoas únicas e em constante transformação.

Diversidade também é heterogeneidade, com vistas ao reconhecimento de que todos somos diferentes. A diversidade está relacionada com as aspirações dos grupos humanos e das pessoas de viver em liberdade e no exercício de sua autodeterminação, como também à aspiração da vida em democracia e à necessidade de vivenciar coletivamente as realidades sociais que são múltiplas e de lutar pelo reconhecimento dos direitos humanos e a respeitá-los. Portanto, a valorização das diferenças étnicas e culturais, por exemplo, não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-lo como expressão da diversidade de todo ser humano, sem qualquer discriminação. (SANTA CATARINA, 2014, p. 54)

Muito embora a PCSC considere que os sujeitos da diversidade somos todos nós, nesta atualização da Proposta estão em discussão: a educação para as **relações de gênero**; a educação para a **diversidade sexual** (orientação sexual e identidade de gênero); a educação e **prevenção**; a educação **ambiental formal**; a educação das **relações étnico-raciais**; e as modalidades de ensino: a educação especial; a educação escolar indígena; a educação do campo e a educação escolar quilombola. Estes grupos são destaques porque foram vítimas de preconceito e discriminação, principalmente no processo educativo, em que não tinham nem voz e nem vez.

Referente à educação para as relações de gênero, a PCSC, concebe que o conceito de gênero é diferente do conceito de sexo, onde o conceito de sexo está relacionado ao biológico, enquanto que o conceito de gênero está ligado à uma construção social. (SANTA CATARINA, 2014, p. 58): “O conceito “gênero” não é o mesmo que “sexo” (nossa biologia). O gênero rejeitará o determinismo biológico e concederá ênfase cultural na distinção entre os sexos”.

Assim, a educação para as Relações de Gênero, deve reconhecer esta categoria identitária, compreendendo que se deve respeitar às diferenças sexuais, que é um direito de cada ser humano ter sua orientação sexual. É neste sentido que:

A Proposta Curricular de Santa Catarina centra-se no pressuposto de que o direito à educação para todos deve ser garantido por meio da efetivação de políticas contra formas associadas de exclusão, em especial aquelas motivadas por preconceito e discriminação de natureza étnico-racial, de orientação sexual ou de identidade de

gênero, bem como, qualquer outra decorrente de conteúdos ou condutas incompatíveis com a dignidade humana. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero passa pelo reconhecimento desses sujeitos e pelo seu direito a estar na Educação Básica. (SANTA CATARINA, 2014, p. 60)

Há a necessidade então de se discutir questões de gênero na escola, de sobrepujar os padrões estereotipados veiculados na escola e na sociedade em si em que existe apenas um modelo familiar único, pautado na família nuclear, em que os relacionamentos homo afetivos são condenados, em que os sujeitos LGBT⁸⁸ não são reconhecidos. (SANTA CATARINA, 2014, p. 61): “O contexto atual requer o reconhecimento dos diversos arranjos (organizações, configurações) familiares da contemporaneidade, o que possibilitará a reflexão e problematização do conceito de família, ampliando os recursos para discutir gênero, diversidade sexual e direitos humanos”.

Neste sentido, prima-se por uma educação inclusiva, que tenha a diversidade como princípio formativo.

Para as políticas públicas educacionais, o reconhecimento e a acolhida da “Diversidade” podem ser vistos, num primeiro momento, como uma indiscutível questão de direito e de cidadania plena. No entanto, definir a “diversidade como princípio formativo” significa redefinir o modo pelo qual a Educação e as instituições escolares são significadas, pensadas, organizadas e planejadas. A “diversidade como princípio formativo” repercute, necessariamente, nos conteúdos, na organização curricular, nos tempos e espaços escolares, no modelo de gestão e avaliação, nos materiais didáticos, na formação inicial e continuada, nas relações humanas, no sujeito da educação e no modelo de sociedade que a Escola ajuda a construir. (SANTA CATARINA, 2014, p. 84)

Então, a visível assimetria entre professor/a e aluno/a e destes entre si não poderá, portanto, ser encarada de modo negativo, e sim ao contrário, aproveitada enquanto oportunidade efetiva de aprendizagem. No próximo item se verá como os Parâmetros Curriculares Nacionais contemplam o tema diversidade.

2.2.2 Diversidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais

⁸⁸ LGBT - Originalmente a sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis. Vista como uma forma reduzida da chamada comunidade homossexual, o “T” pode ser entendido como uma referência aos sujeitos “trans” (travestis, transexuais e transgêneros).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) constituem um documento da Secretaria da Educação Fundamental, órgão do Ministério da Educação, que contém diretrizes elaboradas pelo Governo Federal para orientar a educação no Brasil. Essas diretrizes são voltadas, sobretudo, para a estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil - obrigatórias para a rede pública e opcionais para as instituições privadas. Ou seja, o objetivo principal dos PCNs é padronizar o ensino no país, estabelecendo pilares fundamentais para guiar a educação formal e a própria relação escola-sociedade no cotidiano.

O PCN está dividido em 10 volumes, assim distribuído: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física, Apresentação dos Temas Transversais e Ética, Meio Ambiente e Saúde e finalmente Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Conforme escrito no livro 1 Introdução aos Parâmetros Curriculares:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. BRASIL (2001, p. 13)

Recentemente, os PCNs começaram a ser produzidos com maior consideração às diferentes realidades regionais, levando em conta a extensão territorial e cultural do país. Além disso, outra questão que as diretrizes procuraram estimular nas últimas edições foi a atualização profissional de professores/as, coordenadores/as e diretores/as.

Os PCNs buscam a formação de um/a aluno/a participativo e autônomo. Para que isso ocorra, há a necessidade do/a professor/a refletir sobre sua prática visando a formação de um indivíduo capaz de agir socialmente, ser reflexivo e ser também responsável pelo seu aprendizado. Ao professor/a, cabe o papel de mediar o conhecimento a ser trabalhado e construído pelo/a aluno/a. Percebe-se, então, que o/a professor/a deixa de assumir um papel autoritário de detentor da palavra e dos saberes, para deixar o/a aluno/a participar no seu processo de aprendizagem.

No que se referem à diversidade os PCNs não são temas de uma disciplina e sim de todas, tratadas como tema transversais. Os PCNs trazem no seu documento o tema da pluralidade cultural, no volume 8, que é dedicado à apresentação dos temas transversais e da ética:

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contato grupos diferenciados. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade étnicocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. BRASIL (2001, p.32)

O/a professor/a precisa criar estratégias de pesquisa e trabalhos em grupos de forma a incluir os/as alunos/as, e desenvolver a prática pedagógica educativa com abordagem inclusiva e de respeito à diversidade em seus processos de compreensão e cooperação entre os diferentes grupos existentes em sala de aula. Conforme fala no livro de Introdução dos PCNs:

A atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levem em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos de que o aluno dispõe, mas também seus interesses e motivações. Esse conjunto constitui a capacidade geral do aluno para aprendizagem em um determinado momento. Desta forma, a atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de superdotação intelectual. Deve-se dar especial atenção ao aluno que demonstrar a necessidade de resgatar a auto-estima. Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais. (BRASIL, 2001, p.97).

Percebe-se então, a importância da participação na construção do processo de aprendizagem e na seleção dos conteúdos o conhecimento sobre as culturas. A escola cabe um papel importante e de influencia na compreensão dessa desigualdade, promovendo a valorização das diversas culturas, respeitando e aceitando o ser humano como ele é realmente. Conforme coloca Fleuri (2006) sobre a educação intercultural:

...Tal olhar nos coloca, assim, face a face com o estranho, com a diferença, com o desconhecido, que não pode ser reconhecido nem apropriado, mas apenas conhecido na sua especificidade diferenciadora. Não se trata de reduzir o outro ao que nós pensamos ou queremos dele. Não se trata de assimilá-lo a nós mesmos, excluindo sua diferença. Trata-se de abrir o olhar ao estranhamento, ao deslocamento do conhecido para o desconhecido, que não é só o outro sujeito com quem interagimos socialmente, mas também o outro que habita em nós mesmos.

Dessa forma, somos convidados a viver os nossos padrões culturais como apenas mais um dentre os muitos possíveis, abrindo-nos para a aventura do encontro com a alteridade.

É sob esta perspectiva que a educação intercultural se preocupa com as relações entre seres humanos culturalmente diferentes uns dos outros. Não apenas na busca de apreender o caráter de várias culturas, mas sobretudo na busca de compreender os sentidos que suas ações assumem no contexto de seus respectivos padrões culturais e

na disponibilidade de se deixar interpelar pelos sentidos de tais ações e pelos significados constituídos por tais contextos. (FLEURI, 2006, p.31)

Então, deve-se ver a educação com outro olhar, não a partir do hegemônico, mas sim a partir da diferença, pois, cada ser humano é único, com suas necessidades, suas potencialidades.

Sobre a questão de gênero e sexualidade o tema é abordado no volume 10, no qual aborda o corpo como matriz da sexualidade, as relações de gênero e o trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.

O trabalho com o corpo como matriz da sexualidade tem por objetivo conforme (BRASIL, 1997, 317): “propiciar aos alunos conhecimento e respeito ao próprio corpo e noções sobre os cuidados que necessitam dos serviços de saúde”.

Os PCNs fazem a distinção entre organismo e corpo, o qual conforme o organismo é compreendido como a parte biológica e o corpo a compreensão subjetiva conforme (BRASIL, 1997, 317): “O organismo refere-se ao aparato herdado e constitucional, à infra-estrutura biológica dos seres humanos. Já o conceito de corpo diz respeito às possibilidades de apropriação subjetiva de toda a experiência na interação com o meio”.

A partir dessa diferenciação, vê-se que a abordagem deve ir além das informações sobre anatomia e funcionamento, pois os órgãos não existiriam fora de um corpo que pulsa e sente. O corpo é concebido como um todo integrado de sistemas interligados e que inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer e desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social.

Então se deve trabalhar além da visão biológica, deve-se trabalhar o/a aluno/a na sua totalidade, em todos os seus aspectos.

Ao tratar sobre as relações de gênero os PCNs concebem que conforme (BRASIL, 1997, p. 322) “a discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis”.

Os PCNs também diferenciam sexo de gênero:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na

sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero. (BRASIL, 1997, p. 321 - 322)

Ao pautar as questões de gênero, os PCNs vislumbram a necessidade de se combater as relações autoritárias, superando a rigidez dos padrões de conduta estereotipados pela sociedade que homens e mulheres exercem em seu grupo social.

O trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS (BRASIL, 1997, 325) “possibilita oferecer informações científicas e atualizadas sobre as formas de prevenção das doenças”.

Este assunto é importante para que os/as alunos/as aprendam a importância de se prevenir e aprendam a lidar com seus corpos com segurança, evitando uma gravidez não planejada e/ou a contaminação por uma doença sexualmente transmissível.

Para abordar as questões referentes a orientação sexual, há a necessidade da escola se reunir, estudar e planejar seu trabalho:

A escola, ao definir o trabalho com Orientação Sexual como uma de suas competências, o incluirá no seu projeto educativo. Isso implica uma definição clara dos princípios que deverão nortear o trabalho de Orientação Sexual e sua clara explicitação para toda a comunidade escolar envolvida no processo educativo dos alunos. Esses princípios determinarão desde a postura diante das questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados junto aos alunos. A coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo o trabalho. (BRASIL, 1997, 299)

Nesse sentido, escolher trabalhar respeitando a diversidade sexual e todos os outros tipos de diversidade existentes em sala de aula é mais que um desafio, é um direito do/a aluno/a ser respeitado/a, é necessário fazer com que os alunos/as sintam-se acolhidos nas suas diferenças, para tanto, deve-se atuar decisivamente, no processo de construção de cidadania, tendo como meta a formação de cidadãs e cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competências, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda os procedimentos metodológicos que envolveram a realização da pesquisa, apresenta tipo de estudo, cenário do estudo, amostra do estudo, coleta de dados e análise dos dados.

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo é de caráter exploratório que conforme Gil (2008) tem por objetivo proporcionar um maior estreitamento com um assunto que ainda é pouco conhecido, pouco explorado, no caso deste estudo como a questão da diversidade e inclusão vem se fazendo presente na Escola de Educação Básica Professora Minervina Laus/SC. Como qualquer pesquisa, ela também terá como fonte referências bibliográficas, revistas e sites.

Referente à abordagem da pesquisa se adotou a metodologia qualitativa integrada a quantitativa, pois conforme Silva (2005 p. 60): trabalhadas conjuntamente, as duas abordagens se tornam, assim, complementares e abrem espaço para uma maior criatividade e intervenção do pesquisador com suas construções teóricas.

3.2 CENÁRIO DO ESTUDO

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi selecionada a Escola Pública Estadual “EEB Professora Minervina Laus”, que é a escola em que a pesquisadora atua como professora de Artes, no município de Canelinha/SC.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO

A amostra do estudo foi constituída por 04 professores e 21 professoras, totalizando portanto, 25 professores da EEB Professora Minervina Laus; 13 alunos e 11 alunas, totalizando 24 estudantes do 5º ano (turma 2012) da mesma Escola.

3.4 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados em um trabalho acadêmico pode ocorrer de duas fontes: primárias e secundárias. Segundo Malhotra (2001, p.68), “os dados primários são coletados ou

produzidos pelo pesquisador com a finalidade específica de resolver o problema de pesquisa”. E os dados secundários ainda conforme Malhotra (2001, p.68), consistem em ”dados colhidos para uma finalidade diferente daquela do problema em pauta”. Assim, neste trabalho foram utilizados dados primários e secundários.

Como dados secundários, se partiu de uma pesquisa bibliográfica através de coleta em livros, revistas, artigos e sites da internet. Conforme Ventura (2013 p. 69): “A pesquisa bibliográfica... será feita com base na seleção das obras que a integram, por sua leitura e análise. Essas obras serão lidas a com base no que foi considerado na delimitação, isto é, pelo tema, período e conceitos e ideias que se pretende analisar”, ou seja, é o primeiro passo de uma pesquisa.

Para coletar os dados primários utilizou-se de “oficinas pedagógicas” com os professores da EEB Professora Minervina Laus no mês de outubro de 2016 e com os alunos do 5º ano (turma 2012), no mês de setembro de 2012.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

O processo de análise dos dados foi descritiva que consiste em uma técnica utilizada para “relatar o comportamento de variáveis em uma determinada população ou interior de uma subpopulação, fazendo uso de instrumentos disponibilizados pela estatística” (CONTANDRIOPOULOS, 1994, p. 51).

Portanto, após os dados coletados, foram analisados, relacionando os dados coletados na pesquisa de campo com os dados da fundamentação teórica ou a novos autores/as, quando julgados necessários.

4 OFICINAS PEDAGÓGICAS VIVENCIADAS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA MINERVINA LAUS

Este capítulo refere-se às oficinas pedagógicas vivenciadas na Escola de Educação Básica Professora Minervina Laus em Canelinha/SC, realizadas, como mencionado anteriormente, através de uma oficina pedagógica com 04 Professores e 21 professoras, totalizando portanto 25 professores/as da escola e uma oficina pedagógica com 13 alunos e 11 alunas, totalizando 24 estudantes do 5º ano (turma 2012) realizadas respectivamente em outubro de 2016 e setembro de 2012

4.1 RESULTADOS

A Escola Pública Estadual EEB Professora Minervina Laus foi a escola selecionada para o desenvolvimento da pesquisa de campo. A escola que foi criada em 1962 é integrante da rede Estadual é mantida pelo Estado de Santa Catarina, e, oferece Educação Básica, cursos de Ensino Fundamental (5º ao 9º ano) e Médio.

A escola localiza-se à Rodovia SC 410 km 10, 2423, área central de Canelinha.

Além de apresentar uma localização privilegiada, a Escola apresenta uma relevância significativa para a comunidade canelinhense, uma vez que é a única escola pública da região central do Município de Canelinha que atende do 6º ano até 3ª série do Ensino Médio. Acolhe uma média de 900 alunos da região urbana, da periferia e alguns bairros da zona rural.

Por estar localizada no centro do município, próxima à Prefeitura Municipal, à igreja matriz, à praça, representa um ponto privilegiado para todas as comemorações, concentrações, desfiles, palestras, cursos, encontros, enfim encontra-se num ponto integrante à maioria das programações realizadas no município. Mesmo tendo o privilégio quanto à localização e sendo a maior escola do município quase 30% da população escolar (aproximadamente 900 estudantes), constitui-se como carente em situação sócio-econômica, saúde, alimentação. Cerca de 10% de pais de alunos recebem rendimentos baixos, fazendo com que os/as estudantes trabalhem em horário contrário a seus estudos para poderem ajudar no orçamento familiar, comprometendo assim suas tarefas escolares. Mesmo desta forma os alunos são muito criativos, inovadores, tentam sempre buscar e criar seus conhecimentos, conforme explanou a diretora da escola.

Sendo uma escola pública da rede estadual, segue as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação (SED) A escola possui seu Projeto Político Pedagógico que é reelaborado todo

início de ano com a participação de todos/as, mostrando uma atitude de abertura e despojamento por parte da equipe gestora da escola, esta nova postura envolve a comunidade educativa com o direito de opinar e participar das decisões da escola de maneira coletiva repensando a ação-reflexão-ação em busca da transformação da realidade.

A equipe gestora da escola, juntamente com os professores, tenta uma maior interação entre comunidade e escola, os especialistas (02) em assuntos educacionais e os assistentes técnicos pedagógicos (02) trabalham de maneira eficiente, responsável, buscando sempre acompanhar os professores em sua prática pedagógica, tornando o ensino-aprendizagem um processo qualitativo voltado para a realidade do aluno e do professor que atua diretamente em sala-de-aula, procurando melhorar sempre sua prática fazendo uso de vários recursos como, livros, jornais, Internet, retro-projetor e aparelhos audiovisuais, etc.

No que se refere ao corpo docente, constituído por 53 professoras e 06 professores, num total de 59, muitos estão cada vez mais procurando uma formação especializada através da graduação, especialização e usam como base o livro didático, porém buscam sempre alternativas, formas, técnicas, instrumentos para mediar a construção dos conhecimentos.

Infelizmente, devido a dificuldades no orçamento, alguns educadores/as sobrecarregam sua carga-horária, que às vezes pode colocar em jogo o bom desempenho de suas atividades.

O cardápio que é servido na hora do recreio, é preparado nas dependências da escola, mas é terceirizado, sendo responsabilidade de uma empresa que venceu uma licitação e oferece as refeições em todo o Estado de Santa Catarina. É uma refeição de ótima qualidade, obedecendo ao cardápio prescrito pela nutricionista responsável, fazendo assim com que muitas crianças carentes, supram suas necessidades alimentares na escola.

Conta também com serviço de limpeza eficiente, com materiais necessários à execução e organização do mesmo.

O espaço físico da escola, que é constituído por 800m² ainda não é adequado no que se refere à recreação, pois para se atender a necessidade de salas suficientes para o número de alunos, este espaço teve de ser reduzido.

Todas as 15 salas existentes na escola são equipadas com ventiladores. A escola conta também com uma quadra de esporte coberta, biblioteca que supre a necessidade dos alunos, e diversos materiais pedagógicos para uso geral.

Referente aos aparelhos tecnológicos para uso pedagógico, a Escola possui uma sala chamada multimídia, equipada com TV e DVD que é utilizada pelos professores para passarem vídeos para os alunos; um laboratório de informática com 25 computadores

conectados com internet, que são utilizados para realização de pesquisas pelos alunos e professores. Tanto a sala de Tv quanto o laboratório de informática são utilizados somente com a presença do professor regente. Para isso é realizado um agendamento de horário antecipadamente e o professor tem de preencher um relatório com objetivo e conteúdos trabalhados nas distintas salas.

A Escola possui também 03 datashow móveis, que seguem as normas de utilização do laboratório de informática.

A escola conta também com uma quadra de esporte coberta, biblioteca que supre a necessidade dos alunos, aparelhos tecnológicos para uso pedagógicos, um laboratório de informática e diversos materiais pedagógicos para uso geral.

Neste ano de 2016, a escola conta com uma média de 900 alunos, cursando o ensino fundamental e o ensino médio e a sala multifuncional, no qual tem um profissional capacitado em DV (Deficiente Visual) e DA (Deficiente Auditivo) e deficiência mental para atender os alunos com necessidades especiais (visual e auditiva e mental) na Sala Multifuncional.

A seguir se explanará as duas oficinas que foram realizadas com os/as professores/as e alunos/as.

4.1.1 Oficina Pedagógica com professores/as

Partindo do princípio de que a diversidade é um componente essencial na educação, uma vez que as salas de aulas são compostas por turmas heterogêneas que acolhem alunos/as de todas as raças, credos e níveis sociais dentre tantos outros aspectos, foi que se realizou uma oficina pedagógica com os 25 professores/as da Escola Pública Estadual EEB Professora Minervina Laus localizada no município de Canelinha, Santa Catarina. O objetivo foi o de identificar a visão que os professores da EEB Professora Minervina Laus têm sobre diversidade, promovendo uma reflexão, acerca dos determinantes que constituem a diversidade, e, também de proporcionar atividades relacionadas ao tema diversidade para os mesmos.

As atividades tiveram início quando conversamos com a diretora que deu permissão para realizarmos a oficina no mês de outubro de 2016 com 04 Professores e 21 professoras, totalizando, portanto 25 professores, nas dependências da Escola. Aproveitou-se o dia da reunião pedagógica realizada pela equipe gestora com os professores para a atividade proposta.

Cabe salientar que a escola conta com 59 profissionais, mas quando se realiza uma reunião pedagógica, só participam os/as professores/as que trabalham naquele dia, porque muitos trabalham em outras escolas. A oficina foi iniciada recebendo os professores com um lanche composto por comidas típicas de várias etnias, como por exemplo, broa de milho, beiju, rosca de polvilho, cuscuz, etc. Após o café se conversou sobre os alimentos que compuseram a mesa e se começou a abordar o tema diversidade, explicando que nosso país é composto por diversidade alimentar, étnica, racial, cultural, religiosa entre outras, e, que esta diversidade também está presente na escola, sendo necessário compreendê-la para respeitá-la.

Na sequência houve a exibição do vídeo “Na minha escola todo mundo é igual”⁹. Este vídeo tem duração de 03 minutos e foi escolhido porque o mesmo foi criado a partir do livro: Na minha escola todo mundo é igual, de Rossana Ramos e Priscila Sanson. O vídeo aborda a educação inclusiva, mostra uma experiência vivida numa escola em que realmente todos/as são iguais, apesar das diferenças, vindo ao encontro da proposta do presente estudo.

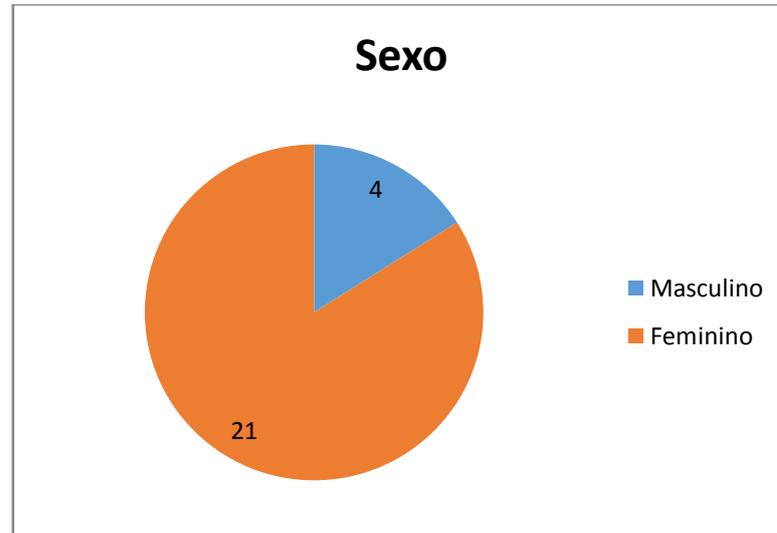
Explicou-se aos professores/as que ao se observar uma sala de aula, se percebe que os alunos/as possuem culturas diferentes, que são formadas por vários elementos, como crenças, ideias, mitos, valores, modo de se viver, entre outros fatores, e que são transmitidos de geração em geração, demonstrando aspectos locais de uma população.

Esta variedade de cultura, de credo, de ritmos e níveis de aprendizagem, forma o que concebemos por diversidade, em que cada aluno/a é diferente do outro/a, e é esta diversidade que deve ser respeitada, pois uma das tarefas atuais da escola é conseguir reconhecer as diferenças, não somente culturais, mas de orientação sexual, níveis e ritmos de aprendizagens diferenciadas, sendo que a escola deve ser um espaço de inclusão, onde a direção, professores/as e aluno/as estabeleçam um compromisso com base na coesão social. Estes princípios devem ser transversais aos conteúdos de cada disciplina.

A partir desta discussão, se teve uma conversa com os professores/as para levantar informações sobre o que pensam sobre a diversidade cultural na escola e pediu-se para que respondessem algumas questões a respeito do assunto, sobre o que eles pensam sobre diversidade, quais seus conhecimentos, quais suas dúvidas, e quais pontos achavam interessantes trabalhar em sala de aula com os/as alunos/as (Vide Anexo A).

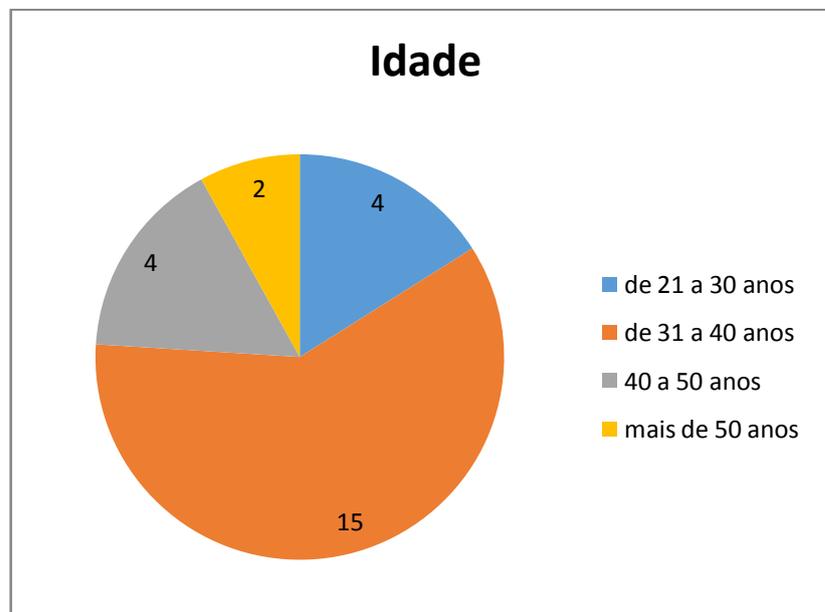
Quanto ao perfil dos participantes se percebeu que:

⁹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=aSwdAWkLGmM&hd=1>>

Gráfico 01: Sexo dos participantes

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados primários (2016).

Referente ao gênero dos participantes, pode-se observar que 84% são do sexo feminino e 16% são do sexo masculino. Assim, pode-se concluir que grande parte dos participantes são do sexo feminino.

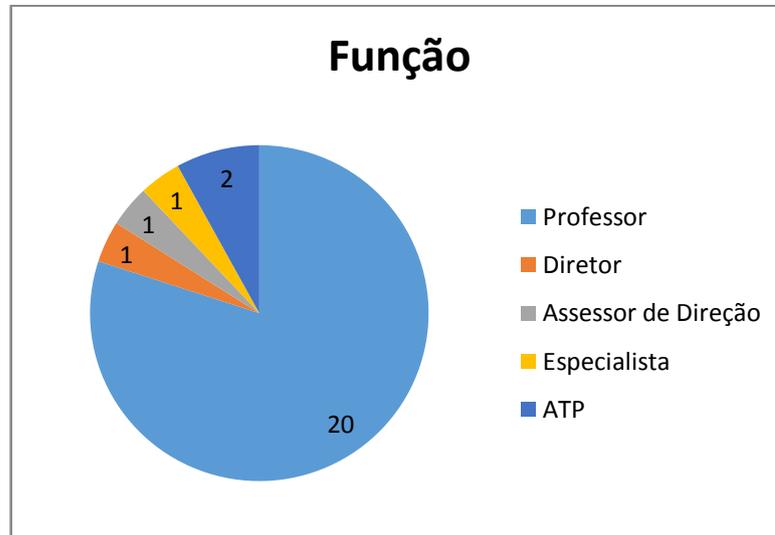
Gráfico 02: Idade dos participantes

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados primários (2016).

Quanto à idade, o maior índice são os que estão na faixa etária de 31 a 40 anos, correspondente a 60%, seguidos dos que estão na faixa etária de 40 a 50 e na faixa etária de

21 a 30 anos com 16% cada, e por último os que tem mais de 50 anos de idade que ficaram em torno de 08%.

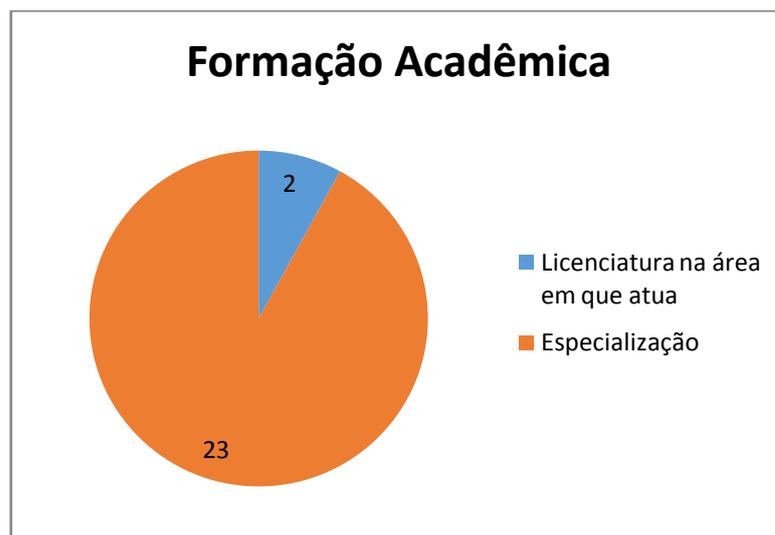
Gráfico 03: Função dos participantes



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados primários (2016).

Sobre à função que exerce na escola, o maior índice dos participantes foi dos professores/as com 87%, sendo que os outros 13% eram da equipe gestora, composta por diretor, assessor de direção, especialistas e assistente técnico pedagógico (ATP).

Gráfico 04: Formação dos participantes



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados primários (2016).

No que se refere à formação acadêmica dos/as participantes, pode-se observar que todos os professores possuem licenciatura na área em que atuam como professores/as, sendo que apenas 8% não possuem um curso de especialização.

Concernente à questão “O que você entende por diversidade no cotidiano escolar?” notamos que, conforme as respostas, a maioria dos/as professores/as responderam que estas estão relacionadas as diferenças encontradas nos/as alunos/as, conforme a resposta de uma participante : “*Diversidade são as diferenças que encontramos nos nossos alunos, diferenças físicas, intelectuais, culturais, religiosas, etc.*”(P1)

Estas respostas vêm ao encontro com as concepções de autores/as pesquisados na fundamentação teórica, como por exemplo, Gomes (2007) que concebe a diversidade como uma construção histórica, cultural e social das diferenças::

A diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Uma construção que ultrapassa as características biológicas observáveis a olho nu. Neste sentido, as diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação dos seres humanos ao meio social e no contexto das relações de poder. Dessa forma, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa maneira porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos. (GOMES, 2007, p. 17).

Referente à questão “Como a sua escola trata as questões de diversidade no cotidiano escolar” notamos que, conforme as respostas dos/as participantes, a EEB Professora Minervina Laus, trata com naturalidade e respeito as diferenças, porém, em conversa informal alguns professores/as colocaram que muitas vezes há um preconceito velado, que ainda está muito presente na vida dos professores/as (mesmo que imperceptível) um discurso diferenciador que eles já trazem, como se fosse natural, por exemplo, a diferença de papéis entre meninas e meninos. Assim, muitas vezes ainda se ouve: “Aquela aluna, nem parece uma menina! Tem jeito de moleque, não para no lugar” ou “Aquele menino não me engana, tem um jeitinho tão efeminado...”

Neste sentido, é conversando com os professores que se percebe qual concepção que eles tem sobre gênero, pois conforme asseveram Graupe e Bragagnollo (2015, p. 10): “Ao pautar a temática de gênero é possível constatar que as pessoas refletem concepções internalizadas sobre homens e mulheres, sobre como homens e mulheres devem ser e se comportar na escola, na sociedade”. Então, é urgente a discussão referente à temática gênero entre os professores, pois eles são os profissionais responsáveis pela construção do

conhecimento e devem então estar despidos de preconceitos e ranços de um discurso moralista.

As respostas dos/as professores/as mostram o quanto a escola sofre interferência da sociedade, pois, de acordo com história da educação, a escola é um espaço que contempla a diversidade e as diferenças. No entanto, autores/as discutem que essas diferenças se acentuam pela dinâmica que permeia a rotina escolar, assim, esta dificuldade em lidar com a heterogeneidade dos/as alunos/as vem perpetuando a desigualdade.

A singularidade de cada sujeito, sua história, seu processo de constituição, os atravessamentos relacionados às dimensões de gênero, de orientação sexual, de raça/etnia, de deficiência, de classe social e de religião, os quais poderiam ser integrados de forma transversal com os conteúdos, são desconsiderados, quando não utilizados para explicar o “não ajustamento” das crianças à escola. (GESSER, s/d, s/p)).

Segundo Gesser ainda, a escola trabalha numa perspectiva em que todos os alunos são homogêneos e as práticas escolares atuais tanto reproduzem como produzem as desigualdades que existem na sociedade. É nesse contexto que os diferentes modos de vida, conflitos, comportamentos e valores tornam-se muito evidente, refletindo também a cultura de uma sociedade excludente.

A respeito da questão “Você acha que se deve falar de diversidade na escola? A partir de que série e em qual disciplina? Em sua opinião, quais os principais conteúdos a serem abordados”, a maioria das respostas (23) dos/as professores/as manifestaram serem favoráveis quanto à discussão da diversidade na escola. Alguns (21) falaram que deve ser tratada desde as séries iniciais de forma multidisciplinar, outros falaram que só na disciplina de Religião, por ser uma disciplina que trabalha com os valores sociais e humanos. Dentre os assuntos a serem abordados falaram que deveriam ser os de raça, exclusão social, desigualdades.

Estas sugestões dos professores são muito pertinentes, mas também poderiam ter abordado a questão de gênero, pois conforme Graupe e Bragagnollo, (2015):

Enfatiza-se que é necessária e urgente a discussão da temática de gênero no campo educacional, pois vivemos um tempo de rápidas transformações de toda a ordem. As falas que circulam pela sociedade são muitas e variadas, assim como também são os conceitos, valores e formas de entender o mundo e as pessoas. As desigualdades entre homens e mulheres são construídas com base em diferenças de sexo. Faz-se necessário conhecermos a expansão da construção social do gênero através da história e da cultura, que nos remetem a questionamentos, valores, relações de poder, igualdade e justiça em uma sociedade das desigualdades e injustiças. (GRAUPE e BRAGAGNOLLO 2015, p. 09 e 10)

Alguns sugeriram implantar um projeto de trabalho que focasse os valores, como: respeito, solidariedade, caráter, amabilidade, amizade, compreensão com o próximo.

Esta compreensão por parte dos professores/as de que é necessário falar sobre diversidade na escola é importante, só que deve ser trabalhada em todas as disciplinas, pois conforme vimos na discussão teórica sendo a escola a instituição responsável pela construção do conhecimento ela deve levar em conta todos os aspectos do aluno, cognitivo, afetivo, físico, social, promovendo uma educação que vise o seu desenvolvimento integral. Assim, os valores humanos e sociais devem estar presente na proposta pedagógica da escola. Conforme assevera Tiba (2007)

Educar é formar valores que devem pertencer ao humano, não importa a idade. Os valores básicos são: gratidão, disciplina, religiosidade, ética e cidadania. Educar também é desenvolver competências profissionais: estudo, aprender sempre, independência financeira com base na autonomia comportamental, habilidade e conhecimento profissional. (TIBA, 2007, p.17)

Os/as professores/as falaram da necessidade de se trabalhar sobre o tema diversidade, mas seriam necessários mais cursos sobre o tema, para aprofundarem o conhecimento do assunto. A Escola ofereceu um curso em 2015 em que foi discutido o assunto a partir do texto da PCSC, mas eles sentem a necessidade de terem mais subsídios teóricos que lhes dêem maior segurança. Tanto a equipe gestora da escola, como os/as próprios/as professores/as deveriam poder participar de cursos, como este que estamos freqüentando para encontrarem subsídios teóricos que lhes dêem referências de conhecimentos, pois só se poderá falar de diversidade se tiver conhecimento da causa. Vale salientar que mesmo a escola tendo 59 professores apenas 02 professores estão freqüentando este curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola, oferecido pela UFSC e 01 concluiu em 2015 o mesmo curso ofertado pela Universidade Federal do Paraná.

Este conhecimento sobre a diversidade virá auxiliar os/as professores/as não só no trato com as diferenças encontradas em sala de aula, mas, com todo o processo educativo, pois terão uma ideia mais concreta de como lidar com o aluno que se tem na escola.

Muitas vezes o/a professor/a sai de uma faculdade sem estar preparado para lidar com as situações adversas que ocorrem em sala de aula e é imprescindível que domine não apenas o conteúdo de sua disciplina, mas também tenha uma noção didática em sua formação docente para organizar sua prática pedagógica de maneira que o/a aluno/a se aproprie eficientemente

dos conhecimentos. É necessário que possua os saberes docentes que conforme Romanowski (2006) são:

Os saberes docentes compõem-se por saberes da experiência, saberes pedagógicos e específicos; são saberes das lutas cotidianas... Os SABERES DA EXPERIÊNCIA são os conhecimentos adquiridos durante a prática. São os resultantes do fazer. Os SABERES PEDAGÓGICOS são aqueles que se referem aos conhecimentos da didática, da psicologia da educação, da educação, da sociologia da educação e das demais ciências educacionais. E os Saberes Específicos, que são os referentes aos conteúdos disciplinares. (ROMANOWSKI 2006, p. 59 e 60)

Esses saberes são constituídos ao longo do processo de escolarização, dos cursos de formação e na prática profissional e são necessários para que se construa uma educação fundamentada nos princípios da diversidade, porque infelizmente, se percebe que atualmente muitos/as professores/as vêem seus alunos/as como se fossem todos iguais sem necessidades e potencialidades diferenciadas.

Com o advento da ciência pedagógica, elaborou-se o processo de **pedagogização do conhecimento** que consiste na busca do controle dos saberes que devem ser transmitidos para as crianças, bem como da organização desses saberes de forma que se adequassem às capacidades infantis. Esse processo dificulta o estabelecimento de relações entre teoria e prática, tornando o ensino dissociado da vida dos estudantes e dos processos sociais os quais excluem determinados grupos. Além disso, baseado, em um princípio homogeneizante das capacidades dos sujeitos, dificulta a sensibilização dos/as professores/as para as singularidades presentes nos diferentes contextos sociais dos quais os/as alunos/as provêm. (GESSER, s/d, s/p)

É preciso mudar esta visão, e buscar uma escola inclusiva, com uma educação que aceite, respeite e valorize a diversidade.

Nas ações pedagógicas, gestores, professores e estudantes não atuam na formatação do outro; eles reconhecem a existência das diferenças, discutem, vivem e convivem com a presença do outro, considerando e valorizando a história e a experiência de cada sujeito, em um movimento relacional que permite conhecer o outro pela proximidade que se tem com ele. Educação nada alteridade e na diferença é reconhecer que o outro está na escola, bem perto de nós, não como alguém a ser tolerado, mas como alguém que tem a escola a sua disposição na promoção de ambientes inventivos, plurais e respeitosos. (SANTA CATARINA, 2014, p. 86)

Há a máxima urgência de extinguir posturas etnocêntricas, posturas preconceituosas que não valorizam o ser humano na sua integridade, pois afinal cada ser humano é único, diferente, diverso e todos tem suas especificidades que devem ser respeitadas, independente de cor, raça, credo, conforme exposto em Carrara (2010):

É de extrema importância que sejam respeitadas questões como a obrigatoriedade de reconhecer, a todos e a todas, o direito à livre escolha de suas convicções. O direito a ter diversidades físicas, de comportamentos e de valores, sem qualquer ameaça à dignidade humana. Daí podemos concluir que não basta ser tolerante. Deve-se buscar o respeito aos valores culturais e aos indivíduos de diferentes grupos, o reconhecimento desses valores e uma convivência harmoniosa. (CARRARA, 2010, p.31)

Neste sentido, devemos fazer o máximo possível para garantir o direito de todos os alunos à educação e que esta se dê de maneira prazerosa e significativa, para tanto há a necessidade de se buscar propostas pedagógicas que primem pela interdisciplinaridade, trabalhando com conteúdos que estejam relacionados ao cotidiano do aluno e que sirvam para a vida dele, no qual possa fazer uso no seu dia a dia.

4.1.2 Oficina Pedagógica com alunos/as

A realização da oficina pedagógica “A Diversidade em sala de aula”, deu-se com os/as alunos/as do 5º ano (turma 2012) da EEB Professora Minervina Laus, juntamente com a professora regente da turma, Vareli Simas de Souza¹⁰, e teve como objetivo identificar os alunos a partir da sua diversidade na escola e sociedade em geral. Esta pesquisa teve como base a diversidade presente na sala de aula do 5º ano (turma 2012) da EEB Professora Minervina Laus, a qual era composta por 24 alunos sendo 13 meninos e 11 meninas. Neste grupo há 01 aluna deficiente auditiva.

Quanto à turma, no geral é constituída por alunos ativos, dinâmicos, extrovertidos, e que possuem uma excelente aprendizagem apesar de serem bastante conversadores, agitados em sala de aula. Muitas vezes fica difícil até explicar os conteúdos porque eles participam demais, interrompem a todo momento a explicação para fazerem perguntas pessoais¹¹ que muitas vezes fogem do conteúdo.

¹⁰ A professora regente da turma pesquisada Vareli Simas de Souza juntamente com a pesquisadora, era participante de outros cursos sobre a temática “Diversidade”: Curso de Extensão Educação para a Diversidade e Cidadania (UFSC), 240 horas no período de outubro 2009 à maio 2010; Curso de Formação de Professores em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC), 200 horas no período de agosto de 2012 à junho de 2013. Assim, ambas realizaram as oficinas na sala de aula em que a professora regente atuava, pois a mesma já vinha realizando uma prática pedagógica voltada para a diversidade como princípio formativo.

¹¹ Muitas vezes os alunos querem contar histórias pessoais sobre a família, inapropriada para o momento, como por exemplo: _ Professora, sabia que meu pai..... _ Professora lá em casa....

Cabe ressaltar que a aluna com deficiência auditiva está entrosada com a turma, pois já estudam juntos desde a alfabetização, e ela é aceita por todos seus colegas. Em sala de aula é realizado um trabalho de reflexão sobre deficiência levando os/as alunos/as a compreenderem como é difícil ficar privado/a de algum sentido ou movimento do corpo, ajudando assim a entenderem o quanto é difícil ser diferente. Para superar a surdez e conseguir se alfabetizar e acompanhar o nível cognitivo da classe a aluna faz um esforço muito grande, realiza terapia com fonoaudióloga, frequenta a sala multifuncional no contraturno, além do acompanhamento com uma equipe médica responsável pelo implante cloquear dela.

Neste sentido a Oficina: “A diversidade em sala de aula”, foi realizada no dia e horário combinado com a professora regente da classe. Iniciou-se a oficina pedindo aos alunos/as para fazerem o seu auto-retrato a fim de montar em um mural na parede. Depois foi sorteado entre os/as alunos/as o nome do/a colega a respeito do/a qual deveriam escrever 5 qualidades e colar junto ao seu auto-retrato.

A partir desta atividade se trabalhou com as diferenças existentes entre os seres humanos mostrando que ninguém é igual a ninguém, falando da contribuição dos negros, índios e europeus que formaram a população brasileira, da contribuição das diversas religiões e de como é importante saber lidar com a diversidade que constitui a comunidade em que vivemos em sala de aula.

Em seguida se trabalhou a oficina: “E se eu estivesse no seu lugar”, a qual foi trabalhada da seguinte forma: pediu-se aos participantes para formarem duplas com seu amiguinho/a preferido e depois trocaram um dos pares dos sapatos e observarem como ficou. Depois se formaram duplas de acordo com o sexo (masculino e feminino). Por fim, se formou um círculo no chão e cada um deveria falar o que sentiu quando usou o sapato diferente.

A partir desta atividade se trabalhou com as diferenças existentes entre as pessoas mostrando que ninguém é igual a ninguém, e que cada ser humano tem suas potencialidades e suas necessidades específicas, as quais devemos aceitar e respeitar.

Foi discutida também a importância de respeitar os limites dos/as colegas, no sentido de quem é mais rápido esperar por aqueles/as que demoram em realizar as atividades, ressaltando a importância dos/as que aprendem mais rápido ajudarem os que têm dificuldades para aprender.

Esta oficina pedagógica com alunos/as foi muito interessante, pois permitiu observar as diferenças existentes em sala de aula, em que se percebeu que cada criança traz consigo experiências, atitudes, hábitos, valores que a diferencia das demais pessoas, refletindo especificidades culturais de seu grupo social.

Os/as alunos/as compreenderam a importância de respeitar seu colega do jeito que ele/a é, que cada aluno/a tem seu ritmo de aprender, tem sua religião, seus hábitos e costumes.

Foi interessante observar que tinha uma aluna que era negra e não sofria discriminação por parte dos colegas da sala por ser negra, e sim porque tinha dificuldades de aprendizagem. Não só ela como outros alunos/as que assimilavam os conteúdos em um ritmo mais lento, e que eram chamados/as por outros estudantes de lerdos/as, malandros/as, etc.

Vale salientar que muitas vezes a escola, parece não saber lidar com a diferença e a diversidade, e quando se fala em diversidade a mesma muitas vezes é reduzida a diferenças apreendidas, conforme afirma Dayrell (2001):

A diversidade real dos alunos é reduzida a diferenças apreendidas na ótica da cognição (bom ou mau aluno, esforçado ou preguiçoso etc.) ou no comportamento (bom ou mau aluno, obediente ou rebelde, disciplinado ou indisciplinado etc.). A prática escolar, nessa lógica, desconsidera a totalidade de dimensões humanas dos sujeitos – alunos, professores e funcionários – que dela participam. (DAYRELL, 2001, p.139).

Esta oficina proporcionou uma reflexão quanto ao papel de educador/a, levando ao questionamento sobre qual deve ser a postura do/a professor/a perante a diversidade encontrada em sala de aula.

Conforme os PCNs

A atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de superdotação intelectual. Deve-se dar especial atenção ao aluno que demonstrar a necessidade de resgatar a auto-estima. Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais. BRASIL (2001, p. 97)

Então, o/a professor/a precisa mobilizar diferentes formas de trabalho para estruturar ações educativas condizentes com a realidade de cada aluno/a, para na prática, poder trabalhar com a diversidade dos/as alunos/as, respeitando e valorizando as diferenças. Portanto, o professor deve refletir sobre sua prática visando a formação de um indivíduo capaz de agir socialmente, ser reflexivo e ser também responsável pelo seu aprendizado. E o/a professor/a, cabe o papel de mediar o conhecimento a ser trabalhado e construído pelo/a aluno/a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta monografia, o objetivo geral do trabalho, ou seja, investigar como é percebida a diversidade na Escola de Educação Básica (EEB) Professora Minervina Laus, foi atingido na medida em que se realizou a pesquisa de campo e a pesquisadora percebeu que se pode e se deve trabalhar tendo a diversidade como princípio formativo.

Quanto à oficina pedagógica realizada com os/as professores/as, os resultados da mesma demonstraram que os participantes da oficina demonstraram consciência de se ter a diversidade como princípio formativo, mas há a necessidade de participarem de cursos que lhes de aprofundamento teórico sobre o tema, pois não se sente seguros para trabalharem com os alunos. Concernente à oficina pedagógica realizada com os/as alunos/as, se percebeu através dos resultados obtidos que esta foi importante para os/as alunos/as compreenderem e respeitarem as diferenças entre eles/as, e, que é possível realizar uma prática pedagógica que tenha a diversidade como princípio formativo.

Referente à questão de gênero, se compreendeu que o conceito de sexo está relacionado a parte biológica, enquanto que o conceito de gênero está ligado à uma construção social, conforme afirma (LOURO, 1997, p.22-23): “... gênero se constitui na prática social que se dirige aos corpos. O conceito pretende se referir ao modo como as características sociais são compreendidas e representadas”.

Sobre a diversidade sexual se compreendeu que este é um assunto que deve ser discutido, onde algumas barreiras devem ser rompidas.

A **diversidade sexual** configura, portanto, um assunto emergente no transcurso das últimas décadas, com gradual ganho de espaço em meios distintos da vida pública, política e com crescente apropriação pelo campo científico. No entanto, notadamente entre as ciências sociais, recebeu maior e árduo empenho intelectual em aprofundar noções, trazer à tona outras referências e sentidos e discursos que constroem a diversidade, em face das situações vividas pelos grupos, vistos como minorias, formadores da diversidade e a visibilidade de suas lutas por direitos. (VIERA E MORETTI-PIRES, 2015, p.13)

É necessário se compreender que cada sujeito é um ser humano que deve ter seus direitos respeitados, independente de sua orientação sexual. Não é mais possível se viver numa sociedade heteronormativa, que valoriza apenas as orientações sexuais binárias.

A questão de gênero e diversidade deve ser respeitada na escola, onde o professor deve acolher à todos/as pois conforme (SANTA CATARINA, 2014, p. 59): “Uma Educação para Diversidade Sexual reconhece que, nos sujeitos LGBT, a identidade de gênero assume

ainda mais importância na medida em que estão sujeitos a discriminações homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas e exclusão social”.

Considera-se que a participação da sala de aula pesquisada, como todas em geral é formada por grupos heterogêneos, nas quais se percebe a presença de diversas religiões, culturas, etnias/raças, mostrando-nos que cada sujeito tem sua cultura própria e seu jeito de ser e de agir, sendo necessário que o professor/a acolha e respeite esta diversidade em sala de aula.

Sabe-se que não é um trabalho fácil, pois, a realidade da exclusão educacional dos chamados “grupos sociais vulneráveis ou grupos de risco” é uma realidade mundial que também afeta os grupos que vivem em situação de desvantagem nos países ricos. Grupos sociais em risco de exclusão se referem a crianças e jovens que vivem nas ruas, crianças que sofrem maus tratos e violência doméstica, crianças e jovens com deficiência, crianças e jovens que são levados a se prostituírem, crianças e jovens com o vírus HIV/Aids, com câncer ou outra doença terminal, crianças e jovens que estão em conflito com a lei, crianças negras e indígenas e outros grupos que, por razões distintas, estejam em situação de desigualdade social e econômica e, principalmente, sejam objeto de discriminação e preconceito dentro e fora das escolas.

São exatamente esses grupos sociais que estão no coração da educação inclusiva que se caracteriza como um movimento em defesa da escola de qualidade para todos/as, nas quais todos – gestores/as, professores/as, alunos/as, técnicos/as, profissionais, comunidades – estejam comprometidos com a melhoria da escola para todos/as da comunidade escolar e a valorização de todos/as por meio do desenvolvimento pessoal e profissional.

Não podemos pensar em inclusão sem atingirmos o âmago dos processos de exclusão tão inerentes à vida em sociedade. Reconhecer a exclusão, seja ela de qualquer natureza e tome a forma que tomar é o primeiro passo para nos movermos em direção à inclusão na sala de aula, na escola, na família, na comunidade ou na sociedade.

Pessoalmente este estudo foi válido, pois aprofundou a certeza de que a cada dia que vivemos serve para atualizarmos nosso conhecimento (no caso, sobre a diversidade) e aperfeiçoarmos nossa convivência com os demais de nosso grupo, no caso, nossas famílias, nossos amigos/as professores/as e especialmente nossos/as alunos/as que são ou pelo menos deveriam ser os/as participantes principais de toda pesquisa relacionada à educação.

Enquanto educadora o estudo proporcionou fundamentação teórica e prática sobre o tema diversidade nas escolas, nos fazendo refletir sobre as bases teóricas do tema para assim podermos trabalhar com os/as nossos/as alunos/as.

Este trabalho se deteve, neste momento, em focalizar a questão da diversidade, em seu aspecto mais amplo, como forma de fortalecer a partir desta discussão o papel que exercem professores/as e estudantes na cultura de respeito a garantia da diversidade, devendo sua continuidade proporcionar a avançar na discussão e práticas que garantam os direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira.

Dando continuidade e aprofundamento a este processo acredita-se que seja possível colocar em prática o que já está garantido por lei.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BENTO, Berenice. Na Escola se Aprende que a Diferença faz a Diferença. In GROSSI, Mirian Pillar. **Livro 5 – Módulo V e VI: Sexualidades e violência no cotidiano escolar**. Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (IEG/UFSC). Tubarão, Copyart, 2015.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais: ética. Secretaria de Educação Fundamental — MEC Brasília, 3ª ed. 2001.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental — MEC Brasília, 1ª ed. 1997.

BORGES, Adriana Costa; OLIVEIRA, Elaine Cristina Batista Borges de; PEREIRA, Ernesto Flavio Batista Borges ; OLIVEIRA, Marcio Divino de. **Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores**. P.418-429 Disponível em:<<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>> Acesso em: 21 set. 2016.

CARRARA, Sergio [et al] Organizadores. **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**– Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

CARVALHO, Marília Gomes (Org). **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: UTFPR, 2009.

CASA-NOVA, Maria José. **Etnicidade, Gênero e Escolaridade**: Estudo em torno das socializações familiares de gênero numa comunidade cigana da cidade do Porto. Porto: Instituto de Inovação Educacional. 2002.

CERQUEIRA, Wagner de e Francisco **Diversidade Cultural no Brasil**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/diversidade-cultural-no-brasil.htm> > Acesso em: 10 out. 2016.

CONCEITO.DE. **Conceito de diversidade**. Disponível em: <<http://conceito.de/diversidade#ixzz4OxM1xy7>> Acesso em: 17 out. 2016.

CONTANDRIOPOULOS, André Pierre. **Saber preparar uma pesquisa**. São Paulo: Hucitec, 1994.

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço Sócio- Cultural**. In: DAYRELL, J. (org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

FEBRABAN, **O que é diversidade**. Disponível em: <http://www.febraban-diversidade.org.br/o_que_e.html> Acesso em: 14 out 2016.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação para a diversidade e cidadania: módulo 2 : introdução conceitual : educação para a diversidade e cidadania**. – Florianópolis: MOVER/NUP/CED/EAD/ UFSC, 2009.

_____. **Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional**. Ed. E Soc. Campinas, vol.27, nº95, p. 495-520, maio/agosto 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>> Acesso em: 23 out 2016.

GADOTTI, Moacir. **Notas sobre a educação multicultural**. ENCONTRO DE EDUCADORES NEGROS DO MNU. Câmara Municipal de São Paulo, 16-19 de julho de 1992. Disponível em <http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0022/Notas_sobre_educ_multicultural.pdf> Acesso em: 13 out 2016.

GESSER, Marivete. **A Organização Escolar e o Processo de Homogeneização e Exclusão das Diferenças**. Disponível: <<https://ead2.moodle.ufsc.br/mod/page/view.php?id=32389&inpopup=1>> Acesso em: 22 out 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Nilma Lino Gomes; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GRAUPE, Mareli; BRAGAGNOLLO, Regina. **As Diferenças de Gênero no Espaço Escolar**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015.

INFOJOVEM. **Diversidade**. Disponível em: <http://www.infojovem.org.br/infopedia/descubra-e-aprenda/diversidade/> Acesso em: 17 out. 2016.

LIMA, Elvira de Souza. “Currículo e desenvolvimento humano”. In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.11-47.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MALHOTRA, Naresh; **Pesquisa de Marketing**: Uma orientação aplicada. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos –Filosóficos e outros textos escolhidos. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, 413 p.

MICHAELES; **Dicionário prático da língua portuguesa**. São Paulo. Editora Melhoramentos. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E A SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Gênero e Diversidade na Escola. Disponível

em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/redediversidade/pdfs/gde.pdf>> Acesso em : 11 nov. 2016.

MONTOAN, Maria Tereza Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. **Revista do Centro de Educação**, UFSM, V. 32, 2006. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2007/02/a3.htm>> Acesso em: 20 out. 2016.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. In: **Revista Educar**, Curitiba: Editora da UFPR, n. 17, 2001.p. 39-52.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa, Vera Maria Candau in **Educação como exercício de diversidade**. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPED, 2005. 476 p. – (Coleção educação para todos; 7).

_____ Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-168, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

MORTARI, Cláudia. **Antropologia cultural e multiculturalismo**. (et. Al.). – 2ed. – Florianópolis (SC): UDESC: FAED: CEAD:, 2002.

REIS Marilise Luiza Martins dos. **Antropologia**: caderno pedagógico / Marilise Luiza Martins dos Reis; design instrucional Melina de La Barrera Ayres – Florianópolis : UDESC/ CEAD, 2011.

OLTRAMARI, Leandro Castro. Educação, diversidade e direitos humanos: a formação de professoras a partir da alteridade radical. In: LAGO, Mara Coelho de Souza; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas. **Livro 3 – Módulo III: Sexualidade: dimensão conceitual, diversidade e discriminação**. Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (IEG/UFSC). Florianópolis: Copyart, 2015.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos - **História da Educação Brasileira, a organização escolar**. 20 ed. Autores Associados. Campinas SP. 2007.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 2. ed. Revista e atualizada - Curitiba, IBPEX, 2006.

SÁ, Luzia Lopes Zenhae. **Pedagogia Diferenciada** – Uma forma de aprender a aprender. Cadernos do CRIAP, n.º 19. Asa Editores, Porto. 2001.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio. (Temas multidisciplinares). Florianópolis, 1998.

_____. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

_____. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Formação integral na educação básica. Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio. (Temas multidisciplinares). Florianópolis, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Oficina do CES, 135, 1999.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005.

TIBA, Içami. **Quem ama educa!**: Formando cidadãos éticos. 24º edição. São Paulo: Integrare, 2007.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia da educação**. São Paulo: Atual, 1997.

VENTURA, Magda Maria. **Metodologia científica**. Magda Maria Ventura [organizador]. — Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2013.

VIERA, Marcelo. MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. **Diversidade sexual e saúde: os dilemas de um campo em (perpétua) (des)construção...** In LAGO, Mara Coelho de Souza. Especialização em gênero e Diversidade na Escola; livro III, módulo III. Ed. Copiart. Tubarão. 2015.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes,1994.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes,1996.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da Infância**. Lisboa. Estampa, 1981.

WEBER, Cátia. **Educação para a diversidade e cidadania: módulo 3 : educação para populações específicas/Cátia Weber [et al.]** - Florianópolis: MOVER/NUP/CED/EAD/UFSC, 2009.

Anexo A: Perguntas para os/as professores/as

Caro/a professor/a,

Com a intenção de identificar sua percepção sobre a diversidade cultural na EEB Professora Minervina Laus, no município de Canelinha S/C, gostaríamos de sua colaboração em responder as seguintes questões que fazem parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC.)

Agradeço atenção

Jessica Souza

1. Perfil do participante:

a) Gênero: _____

b) Idade: _____

c) Função que exerce _____

d) Formação: _____

2. O que você entende por diversidade no cotidiano escolar?

3. Como a sua escola trata as questões de diversidade no cotidiano escolar?

4. Você acha que se deve falar de diversidade na escola? A partir de que série e em qual disciplina? Na sua opinião, quais os principais conteúdos a serem abordados?
